

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense Class.: Florestas/Rec. Externos
 Data: 13/03/93 Pg.: 13 27

Negociação atrasa programa ambiental

O programa piloto para florestas tropicais continua sem definição, passado mais de um ano de sua assinatura em dezembro de 1991 em Genebra, pelo Governo brasileiro, Comunidade Européia e países do Grupo dos Sete mais ricos do mundo (G-7). O atraso nas negociações com o Banco Mundial (Bird), responsável pela aprovação dos projetos, está impedindo o repasse dos recursos destinados ao financiamento dos projetos previstos no programa.

O acordo previa o repasse de 250 milhões de dólares pelos países do G-7 (França, Inglaterra, Itália, Canadá, Estados Unidos, Alemanha e Japão) e Comunidade Européia. Na época da assinatura do programa, esses países alocaram 53 milhões de dólares para um fundo, o RFT (Rainforest Trust Fund), administrado pelo Banco Mundial, e que deveria pagar os investimentos iniciais. Ficou acertado também que os 200 milhões de dólares restantes seriam repassados separadamen-

te por cada país através de cooperação bilateral financeira, técnica, científica e tecnológica, mediante uma contrapartida de dez por cento do valor total para o país receptor dos recursos.

Porém, nada ficou definido sobre a parte dos recursos que caberia para cada país, o mecanismo de repasse e os projetos que seriam beneficiados. Os países que recebessem os recursos deveriam dar como contrapartida dez por cento do valor total destinado a cada programa. Entretanto, agora, os técnicos do Bird não querem autorizar a aprovação dos projetos sem que os recursos estejam claramente "amarrados" por projetos e por tipos de cooperação.

Até agora, o único país que anunciou a forma como vai repassar o dinheiro foi a Alemanha. O Bird já anunciou que não vai poder pagar o total de recursos previsto inicialmente para cada um dos 13 subprogramas incluídos no programa piloto.

Subprogramas correm riscos

Dois subprogramas ligados ao Ministério da Ciência e Tecnologia se encontram na situação exposta pelo Bird. O primeiro para transformar o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) em "centros de excelência" internacional. E o segundo subprograma visa ao financiamento de projetos de pesquisa em áreas identificadas como prioritárias.

Uma missão de técnicos do Ministério da Ciência e Tecnologia voltou, em fevereiro, dos Estados Unidos, sem conseguir a aprovação do Bird para o início dos projetos. Para Egler, o programa-piloto vai continuar emperrado enquanto os países do G-7 não anunciarem o montante de recursos para cada subprograma. O maior perigo, segundo Egler, é se todos os

países resolverem apoiar somente alguns dos 13 subprogramas.

O projeto de pesquisas dirigidas deverá apoiar trabalhos que deem suporte ao processo de desenvolvimento sustentado da região Amazônica. Foram formados quatro grupos de consultores da comunidade científica brasileira que deverão identificar as prioridades de pesquisa para as áreas de conhecimento básico dos ecossistemas amazônicos, tecnologia para o desenvolvimento sustentado, infra-estrutura básica e aspectos sócio-culturais da região. Os consultores estão aguardando o repasse dos pré-investimentos para o início dos estudos. Somente quando estiverem concluídos esses estudos é que serão publicados os editais de convocação dos projetos de pesquisa. "A previsão inicial era que 18 milhões de dólares seriam alocados para esse projeto", disse Egler. O total previsto para o projeto de fortalecimento dos dois institutos de pesquisa era de 35 milhões de dólares.

ONG's alegam causa estrutural

A redução da prioridade da questão amazônica, na pauta de problemas globais do planeta, e a falta de estrutura de gerenciamento para recursos externos, por parte do Brasil, são as principais razões alegadas pelas Organizações Não-Governamentais (ONG's) para a indefinição dos programas internacionais para o meio ambiente do Brasil.

Passada a publicidade gerada pela Conferência do Rio, ocorrida em junho de 1992, o secretário do Conselho Nacional dos Seringueiros, Pedro Ramos, acha que os países mais ricos estão recuando seu apoio para os problemas ambientais. Segundo ele, se esse dinheiro fosse destinado a grupos econômicos, já estaria aqui, pois haveria interesses de ambas as partes. "Além do mais, o Brasil

não tem feito pressão adequada para forçar a liberação desses recursos", afirmou o ambientalista.

O País, segundo o assessor do Fórum das ONG's brasileiras, Rubens Harry Born, ainda não definiu como e quais as instâncias oficiais irão fazer parte da administração dos recursos externos que estão prometidos ao Brasil. Essa indefinição, disse ele, vem provocando desconfiança por parte dos organismos internacionais.

A falta de vontade política do Governo em estudar, preservar e manejar o meio ambiente é outro fator interno preponderante na opinião do vice-presidente do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Rubens Scannavino.

Indefinição marca acordos

Problemas de ordem interna nos programas de financiamento internacional para o meio ambiente também têm interferido na questão. No caso do programa piloto para florestas, segundo Rubens Scannavino da ONG Saúde e Alegria, o acerto inicial, por parte do G-7 era de 1 bilhão de dólares. Depois da saída da Amazônia do panorama internacional, disse o ambientalista, o volume decresceu para 250 milhões de dólares, sendo na verdade depositados 53 milhões no Rainforest Trust Fund (RTF), administrado pelo Banco Mundial. "Agora o banco e o G-7 querem incluir no montante global do programa, projetos no valor de 130 milhões de dólares, alocados anteriormen-

te (em projetos já em andamento) sob a forma de cooperação bilateral", afirmou Rubens.

A situação do Global Environmental Facility (GEF) é mais complexa. Quando foi assinada a Carta da Terra, durante a Rio-92, ficou acertado entre os países signatários que o mecanismo de financiamento da Agenda 21 seria o GEF. Os países pobres reivindicaram a reformulação do fundo. Por essa razão e pela falta de estrutura de gerenciamento de recursos internacionais, o Brasil não tem recebido os valores correspondentes aos projetos já aprovados pelo fundo, segundo o economista Luis Carlos Ros, do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA).